

A INVENÇÃO COLONIAL DE MOÇAMBIQUE: DOS IMPÉRIOS AFRICANOS À COLÔNIA E PROVÍNCIA ULTRAMARINA

José Sebastian Alejandro Barrios Diaz¹



Introdução

Moçambique, país situado no sudeste africano, foi concebido entre a África do Sul e a Tanzânia, banhado pelas águas do Índico, forma o canal de Moçambique com a ilha de Madagascar. Como todos os países africanos, herdou as fronteiras da colonização e forjou sua identidade nacional com base no pressuposto de combater a ocupação colonial. A formação histórica do país se assemelha a um “mosaico africano” com um “perfume do Índico” que resulta em uma acentuada multiculturalidade (Liesegang 1996). Capela (1996, 9) sublinha a “heterogeneidade civilizacional e cultural dos povos convocados à constituição a nação” e sugere que “a abordagem dessa realidade parcelada não pode fazer-se no pressuposto de uma unidade nacional, sociologicamente inexistente”.

Trata-se, portanto, de um país cujo território, no século XIX, ainda enquanto Província Ultramarina, era indeterminado, era uma “área sem limites certos nem fronteiras definidas” (Lobato 2008, 15). Do ponto de vista administrativo, havia um Governador-Geral assessorado por Administradores Distritais. Após a independência, em 1975, tornou-se Estado soberano dentro das fronteiras definidas pelas potências coloniais.

Nesse sentido, Moçambique é uma invenção moderna dos finais do século XIX e representa uma “ruptura significativa com o conjunto de representações e percepções identitárias anteriores” ao projeto colonial (Meneses

¹ Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande. Santa Vitória do Palmar, Brasil. Email: ale.ri.barrios@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8386-3642>.

e Ribeiro 2008). A partir de então, a reconstrução dessa região produz-se em função da imaginação colonial portuguesa.

Portanto, investigar Moçambique implica “pensar um território pleno de antiquíssimas diversidades refletidas num conjunto de tensões identitárias cuja cartografia está longe de ser linear ou sequer visível”, território esse compreendido como “ponto de encontro entre culturas e pessoas” que remete a “rotas marítimas e continentais milenares” (Meneses e Ribeiro 2008, 7). Para o poeta Eduardo White, Moçambique é uma “janela para o Oriente”.

Cabe referir que, para Portugal, a conformação do território moçambicano significou o alargamento de suas riquezas e fronteiras, processo que durou até o último quarto do século XX, em 1974. Para os povos autóctones, significou a supressão dos reinos de Monomotapa ou Gaza, e de outros grandes Estados, como o grande Zimbabwe, o Reino de Manica, de Barué, de Danda, de Butua-Torua, de Teve, o Estado dos Rundos, dos Changamires, dos Carongas, dos Undis, o xeicado de Quitangonha e de Sancul, o Sultanato de Angoche e outros povos que viviam em territorialidades definidas antes do avanço da colonização.

Em uma consideração mais geral sobre o lugar de Portugal no colonialismo global, Rodney (2012) entende que:

Os europeus usaram a superioridade de seus navios e canhões para obter o controle de todas as vias navegáveis do mundo, começando com o Mediterrâneo ocidental e a costa atlântica do norte da África. A partir de 1415, quando os portugueses capturaram Ceuta perto de Gibraltar, mantiveram a ofensiva contra o Magrebe. Nos sessenta anos seguintes, eles tomaram portos como Arzila, El-Ksar-es-Seghir e Tãnger, e os fortificaram. Na segunda metade do século XV, os portugueses controlavam a costa atlântica do Marrocos e usavam suas vantagens econômicas e estratégicas para se preparar para novas navegações que acabaram levando seus navios a contornar o Cabo da Boa Esperança em 1495. Depois de chegar ao Oceano Índico, os portugueses tentaram, com algum sucesso, substituir os árabes como mercadores que ligavam a África Oriental à Índia e ao restante da Ásia. Nos séculos XVII e XVIII, os portugueses carregavam a maior parte do marfim da África Oriental que era comercializado na Índia; enquanto tecidos e miçangas indianos eram vendidos na África Oriental e Ocidental pelos portugueses, holandeses, ingleses e franceses (Rodney 2012, 103, tradução nossa)².

Nesse sentido, entender a história de Moçambique é compreender a história de um conjunto de povos e de culturas que têm em comum a experiência da colonização portuguesa. Por isso Ngoenha (1992, 11) reconhece que “na origem de Moçambique não estão razões étnicas e humanas, mas ideias de dominação de um homem sobre o outro, em nome de uma pretensa superioridade”.

Para Fonseca e Moreira (2007, 13) duas realidades operavam em contínuo conflito em Moçambique: a sociedade colonial e a sociedade africana. Nesse sentido, a existência de um território chamado Moçambique deve-se ao processo de formação do mundo moderno, no qual a colonização do continente africano é peça central. Moçambique é um conceito moderno e, se é nessa essa ótica que sua história é entendida, sua criação esteve associada a um projeto político imperial que marcou a identidade do território.

² No original: “Europeans used the superiority of their ships and cannon to gain control of al] the world’s waterways, starting with the western Mediterranean and the Atlantic coast of North Africa. From 1415, when the Portuguese captured Ceuta near Gibraltar, they maintained the offensive against the Maghreb. Within the next sixty years, they seized ports such as Arzila, El-Ksar-es-Seghir and Tangier, and fortified them. By the second half of the 15th century, the Portuguese controlled the Atlantic coast of Morocco and used its economic and strategic advantages to prepare for further navigations which eventually carried their ships round the Cape of Good Hope in 1495. After reaching the Indian Ocean, the Portuguese sought with some success to replace Arabs as the merchants who tied East Africa to India and the rest of Asia. The 17th and 18th centuries, the Portuguese carried most of the East African ivory which was marketed in India; while Indian cloth and beads were sold in East and West Africa by the Portuguese, Dutch, English and French” (Rodney 2012, 103).

Nesse panorama, o conceito que fundamenta a discussão da história de Moçambique neste artigo é o colonialismo. Uma das maneiras de entender a colonização ou colonialismo é como o processo histórico de transformação das estruturas de poder, de conhecimento e vida que variou em função do local e da metrópole³. Para Badejo (2008, 17), a colonização implica a exploração de recursos humanos e naturais dos territórios chamados colônias em favor dos interesses das metrópoles. Césaire (2000) entende a colônia como “válvula de segurança” para os projetos imperiais das sociedades modernas.

Para Mudimbe (2013, 7) o fenômeno do colonialismo implica a “transformação de áreas não-europeias em construtos fundamentalmente europeus” cujo resultado é não somente a dominação política e econômica, mas sobretudo, a colonização das estruturas de saber. Complementando, de acordo com Baró (1979, 92) existem características gerais de uma colônia. Pode ser entendida como ocupação territorial, caracterizada pela subjugação política dos nativos, pela apropriação estrangeira das riquezas naturais, pela expropriação dos lucros acumulados, pela utilização da população nativa como principal força de trabalho, pela formação de mercado voltado para a indústria estrangeira e abastecido por essa mesma indústria e pela falta de acumulação de capital nas mãos dos nativos.

Havia um ethos do poder colonial. No âmbito da concepção colonial de poder, o principal elemento era a necessidade de manter ordem, a qual deveria ser estabelecida de fora para dentro, processo caracterizado por Fanon (1963, 32) como um método violento que, além da dominação econômica e política, era cultural, psicológica e física. Em África, de maneira geral, a política colonial manifestou-se como “política indígena” e envolveu todo o continente em uma rede colonial com base em ideias e crenças comuns, como o discurso da missão civilizadora e a articulação entre Estado, Igreja e interesses comerciais (Betts 2010, 375).

Moçambique tornou-se independente em 1975, após a luta de libertação nacional liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) entre 1964 e 1974, data em que se inaugurou o processo de construção do Estado nacional. Posteriormente, o país entrou em guerra civil que antagonizou o regime da FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) entre 1977 e 1992, quando os Acordos de Paz foram firmados. É fato, no entanto, que a obtenção da independência política por parte de

3 No caso de Portugal, entre o século XIX e XX, expediram-se Cartas Imperiais para companhias comerciais em troca da responsabilidade de manter a “lei e a ordem”, conforme será explicado a seguir (Cabaço 2009, 45).

um território colonial não significou, nem significa, a eliminação total das relações de dependência (Mazrui 2010).

O objetivo do artigo é examinar a formação histórica de Moçambique com base no processo de colonização e identificar marcos históricos na conformação da ação colonizadora portuguesa até a primeira metade do século XX. Em abordagem interpretativo-analítica, que assenta na revisão de literatura sobre a história de Moçambique, o artigo visa responder às perguntas: que reinos viviam habitavam esse território antes do colonialismo? Como foi o processo colonial de formação de Moçambique? Qual o lugar do colonialismo na invenção de Moçambique?

No cerne da reflexão proposta neste artigo encontra-se a relação entre poder colonial e formação de território nacional. Tal se dá, no caso de Moçambique, em processo cujas tensões nunca foram pacíficas e, efetivamente, foi preciso lutar uma guerra de independência, entre 1964 e 1975, para terminar com uma dominação estrangeira, colonial, que durou séculos. Assim, as relações entre esses dois processos remetem a uma longa história que se inicia com a ocupação imperial desse território.

Deve-se reconhecer, portanto, a importância da perspectiva histórica para a interpretação proposta. A história é o instrumento para questionar a realidade das relações entre o poder colonial e a formação de Moçambique. Procura-se compreender os fenômenos a partir do seu significado, do seu contexto e de suas conexões com questões mais amplas das relações de poder. Portanto, mobilizam-se dois conceitos de colonialismo que dialogam com o proposto.

Seguindo Meneses (2019), em largos traços, o colonialismo é um projeto político baseado na violência, que apagou a história dos povos dominados e, de muitas maneiras, se manteve para além do fim dos impérios coloniais. No caso do continente africano, por exemplo, Mudimbe (2013) indica como atualmente a África permanece objeto do conhecimento eurocêntrico por meio de um conjunto de conceitos, discursos e paradigmas, resultado da apropriação política dos projetos coloniais – a biblioteca colonial.

Para este autor, a organização colonial de um território implica três a articulação de três dispositivos: (i) a dominação, distribuição e exploração do território (dominação do espaço); (ii) as políticas de aculturação dos nativos (reforma das mentes) e (iii) a implementação de modos de produção novos, isto é, capitalistas e orientados ao mercado da metrópole (integração de histórias econômicas locais às perspectivas ocidentais) (Mudimbe 2013, 7). Dessa maneira, durante o período de formação do mundo moderno, o colonialismo

e a dominação imperial conectaram a maior parte do mundo e estabeleceram as mais fundamentais relações entre a Europa e o resto do mundo.

A hipótese de trabalho é de que o processo de formação histórica de Moçambique se assemelha a um mosaico africano, constituído por múltiplos povos, Estados e Impérios que habitavam distintas territorialidades e foram historicamente marcados pela estrutura/ação colonizadora portuguesa, que englobou os aspectos físicos, humanos e culturais da experiência de dominação e exploração. Esse processo se inscreve no quadro mais amplo da constituição do mundo moderno-colonial.

Para isso, o texto está dividido em três partes. A primeira entra no tema com consideração histórica sobre os reinos africanos que habitavam o atual território de Moçambique antes da colonização. Na segunda, apresentam-se os grandes traços da ação colonizadora portuguesa no país africano, enfatizando o processo de conquista do território. Na terceira, aborda-se a consolidação da política colonial em Moçambique na primeira metade do século XX.

Reinos e impérios africanos em Moçambique

Conforme Meneses e Ribeiro (2008, 10), o “Índico era desde o século X lugar de complexa rede comercial, dominada pelos árabes e suaílis até o século XV e depois pelos portugueses a partir do XV”. Esse comércio era realizado nas rotas que ligavam as costas asiáticas do Golfo Pérsico, da Índia e do Oriente à costa oriental do continente, até o Sul de Moçambique. Vale registrar que, no século XIX, a presença portuguesa ainda estava limitada às costas, organizada em feitorias isoladas, cuja única ligação era por mar (Boxer 1969). De acordo com Abdul Sheriff:

o mar foi uma via de contatos e de interação com o mundo exterior. Portanto, um dos aspectos principais da história da costa oriental da África durante os últimos 2000 anos não foi o isolamento, mas a interpenetração de duas correntes culturais que constituíram um novo amálgama, a civilização costeira swahili. O veículo deste processo foi o comércio, que facilitou a integração da costa oriental africana no sistema econômico internacional (Sheriff 2010, 627).

Segundo Ferreira (1999, 50), a fixação de populações do Golfo Pérsico, um dos principais centros de comércio no Índico, na costa oriental do continente africano ocorreu entre os séculos IX e XIII. Com a expansão

comercial e o advento do Islã estruturaram-se comunidades políticas como os xeicados e sultanatos, reprimidos pelos portugueses.

Continuando com Ferreira (1999), existem evidências que, desde o século VIII, o Norte da costa de Moçambique era parte do mundo suaíli, onde compartilhavam-se concepções e práticas islâmicas. Inclusive no Sul do país, na atual província de Inhambane, existiam locais que operavam no âmbito da cultura e economia islâmica. No século XV e XVI, Angoche, Sofala, Cuama e a ilha de Moçambique estavam sob o domínio do rei Kilwa, que controlava todo o comércio de ouro e marfim com o Grande Zimbábue. A partir de 1505 os portugueses ocuparam essas regiões e a conquista portuguesa levou à diminuição dos enclaves suaíli na parte central e austral de Moçambique.

Antes da ocupação colonial, identifica-se a coexistência de vários povos no território que hoje encerra Moçambique, como os povos de tradição matrilinear dos Maconde no norte do território, os Macuas, os Yao, dentre muitos outros. Na costa predominavam pequenos reinos afro-islâmicos, formados desde o século XVI por dinastias islâmicas oriundas dos centros suaíli localizados a Norte do rio Rovuma, nomeadamente Kilwa e Zanzibar. No centro do vale do Zambeze encontravam-se diversos povos, como os Chuabo, os Sena e os Nhungué.

Ao Sul do rio Zambeze estavam os povos de tradição patrilinear, os Shona que habitavam as atuais províncias de Sofala, Manica e Tete, herdeiros da velha estrutura de poder dos Monomotapa, os Tsonga, predominantes em toda a região ao sul do rio Save, os Chope e os Bitonga e os Nguni. Ademais, no Sul, cabe referir os Changanes, os Mundaus, os Chenguas.

Haviam, portanto, múltiplos Estados africanos nesse território, muitos deles em competição. O Estado de Gaza teve um período de expansão e organização entre 1821-1845, se estendia do rio Incomati, no Sul, até o Zambeze, no Norte (Rodney 1971). Em 1895 o centro administrativo de Gaza foi queimado pelos portugueses e a prisão de Ngungunyane, o último imperador do Reino de Gaza se deu em Chayimite perto de Chibuto em 28 de dezembro de 1895.

O período entre 1895-1900 marca, conforme Serra (2000) o processo de destruição da unidade política dos velhos Estados, que avançou com a nomeação dos régulos, uma forma classificar a autoridade de “chefes tribais” ou colonizadores portugueses que ocuparam a região. Em Maputo, Moamba, Matola e Tembe, os régulos eram membros da antiga linhagem real, mas tornaram-se parte da administração colonial. Em Gaza, a nomeação dos régulos prosseguiu com membros das linhagens reais que tinham dominado antes da chegada dos Nguni até a desestruturação do Estado de

Gaza. Em 1897, Mouzinho de Albuquerque estabeleceu negociações com a República Sul-Africana sobre trabalho migratório, para tirar proveito, por meio da regulamentação da emigração para as minas sul-africanas.

A contradição é que Mousinho de Albuquerque tornou-se herói nacional por liderar as campanhas de 1895, e a resistência armada dos africanos de Moçambique foi considerada uma revolta (Albuquerque 1935). Contudo, apenas entre 1900 e 1930 consolidou-se o poder colonial português no Sul de Moçambique (Boxer 1969).

A ação colonizadora portuguesa em Moçambique

Para Henriques (2004, 16) é possível definir três aspectos chave da ação colonizadora portuguesa. Sua estratégia consistiu em (i) instalar fortalezas ou entrepostos nas regiões costeiras para garantir o estabelecimento de relações comerciais e utilizar essas instalações como fonte de conhecimento sobre o interior. Também tinham um claro objetivo de defesa do território e da proteção dos comerciantes, missionários e navegadores, de maneira que as fortalezas estavam voltadas tanto para o interior como para o exterior; (ii) a força e impacto da técnica europeia aplicada às embarcações as armas de fogo e técnicas de produção, agricultura, construção e comércio foram empregadas no sentido de garantir a continuidade do português nos territórios ocupados; e (iii) as estruturação de relações hierárquicas entre homens e mulheres, as quais organizaram o território africano em uma operação significativa de transformação da paisagem social e cultural, a partir da introdução do patriarcado.

No contexto de colonização, o comércio não se caracteriza somente por sua dimensão econômica, mas como uma operação política, atravessado de lógicas civilizatórias, destinado a assegurar o controle do espaço colonial. Nesse cenário, o comércio português impôs a lógica da organização comercial mercantilista, fundamentada na exploração das populações africanas.

Ademais, o povoamento português foi fundamentado no caráter religioso da fé católica. Por povoamento podemos entender o estabelecimento de “uma população de origem europeia que garantisse a soberania portuguesa” nos territórios que hoje recebem o nome Moçambique (Capela 2010, 118). Cumpre referir que as tentativas portuguesas de introduzir forças armadas suficientes para apoiar as suas reivindicações de soberania começaram na época de Vasco da Gama que, em viagem à Índia, chegou à costa moçambicana em 1498.

Outro dado importante a considerar na história colonizadora de Portugal é que, sua independência, desde a primeira metade do século XII, decorre de duas conquistas militares: (i) os portugueses expulsam os árabes e berberes que ocupavam a terra da península ibérica e (ii) mantiveram uma “política de ataque-defesa” em relação às ameaças castelhanas, situação só resolvida em 1385, na batalha de Aljubarrota, com apoio da dinastia de Borgonha, que levou ao poder a Dinastia de Avis nesse mesmo ano (Henriques 2004).

Na história da colonização portuguesa, o mar surge como plataforma de articulação de mundos. Antes, na Europa, a simples referência ao mar provocava medo. Para Delumeau (1978), o mar só desempenha função lúdica a partir do XVIII, e os marinheiros eram recrutados entre os criminosos encarcerados. Na Europa, a geografia dominante na Idade Média ensinava que a África era uma “zona tórrida”, inabitada e inabitável.

Esse medo do mar é superado, em parte, com a experiência colonizadora dos portugueses. A viagem de Bartolomeu Dias em 1488 abriu a rota para o Oriente, o assentamento das ilhas de Cabo Verde ocorreu no reinado de Afonso V (1438-1481), quando as elites portuguesas estavam interessadas em ocupar o (atual) Marrocos. Nessa altura, a ilha de São Tomé e Príncipe não tinha população autóctone, e foi povoada por africanos, mas a utilização da terra foi adaptada e determinada pelo continente europeu (Serra 2000).

A história é bem conhecida: os portugueses navegaram na costa de África entre 1430 e 1490 e localizaram a rota do Cabo da Boa Esperança; entre 1490 e 1520 navegaram da Europa à Índia, Indonésia e China. Cristóvão Colombo, um genovês a serviço da Espanha, casou-se com a filha do governador do Porto, de onde viajou para a costa da Mina, no golfo da Guiné (atuais Gana, Togo, Benim e Nigéria). Portugal também explorou a América do Norte, o rio da Prata e as costas do Madagascar, a península Arábica e as ilhas do Oceano Índico.

Nesse sentido, a colonização articulou todos os povos, africanos, americanos, asiáticos com os europeus em estruturas hierárquicas que nunca foram pacíficas. A violência da colonização e da escravatura foi estruturante na história da formação do mundo moderno, incluindo Moçambique.

Um marco histórico no início do colonialismo português foi a conquista militar de Ceuta em 1415, que deu fim ao período de controle muçulmano de oito séculos na península ibérica. A expedição deixou o Porto em agosto de 1415 e consistia em mais de cem barcos, guiados por vinte galeões reais carregando 19 mil homens (Davies 1964).

Em 1433, o rei Dom João I foi sucedido por seu filho, Dom Duarte I, e Dom Henrique persuadiu o novo rei para montar um ataque sobre Tanger que, se feito com sucesso, daria controle a Portugal do território do Marrocos. A expedição partiu em 1437 mas foi um desastre e o filho do rei, o infante Don Fernando, foi abandonado como refém nas mãos dos árabes. No entanto, no final de 1470, depois da morte de Dom Henrique, Portugal controlava quatro cidades no Marrocos (Boxer 1969).

Nesse sentido, a partir da instalação progressiva dos portugueses em África se começa a elaborar o programa das navegações e conquistas que alavanca o fenômeno da colonização. Para Henriques (2004, 75) a conquista de Ceuta estabeleceu a ideia de que “a reputação militar de cavaleiros individuais poderia ser muito lucrativa”. No século seguinte, durante o reinado de Dom Sebastião, entre 1557 e 1578, renovou-se a percepção de que “o real destino de Portugal era a cruzada no Marrocos”. Em 1578 Dom Sebastião invadiu o Marrocos com um exército de vinte mil homens e pereceu na batalha de Alcazar el Kebir. A coroa foi passada para o Cardeal Henrique, o último descendente masculino de Dom João I.

De fato, os primeiros contatos da costa índica da África com a Europa foram a referida viagem de Vasco da Gama à procura da rota do Oriente. É sabido que Vasco da Gama esteve na região do Natal, atual África do Sul, tendo passado nessa primeira oportunidade pela ilha de Moçambique. A coroa portuguesa, desde sua fixação em Moçambique no XVI, possuía duas fontes de rendimentos: direitos aduaneiros da ilha de Moçambique e, em menor escala, de Quelimane e o comércio (Serra 2000). A riqueza acumulada era direcionada à Índia ou Lisboa.

Para Meneses (2009, 9) a grande alteração na administração de Moçambique dar-se-á em 1752, com a retirada do governo de Moçambique da tutela do Estado da Índia português⁴, quando introduziu-se o municipalismo da metrópole em algumas povoações: Inhambane, Sofala, Tete, Quelimane, ilha de Moçambique e Ibo. Em 1818 a capital, ilha de Moçambique, foi elevada à categoria de cidade, com cinco mil habitantes. O capitão de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa foi elevado à categoria de capitão-general (Boxer 1969). Do ponto de vista oficial, a Capitania Geral de Moçambique, independente de Goa, torna-se colônia.

4 A autonomia administrativa de Moçambique e sua separação do governo da Índia “obriga um esforço de recolha de informações sobre o território, bem como à defesa e preservação das zonas costeiras, já alvo de cobiça de ingleses, holandeses e franceses” (Meneses e Ribeiro 2008, 50).

O comércio português nem sempre foi uma atividade regular de alto volume. Liesegang (2000, 149) estabelece duas fases do comércio exterior antes de 1800: entre 1550-1750 havia um comércio irregular de pouca intensidade, baseado na troca de marfim por tecidos indianos, e entre 1750-1800, com a chegada regular de navios holandeses e ingleses, o marfim tornou-se o principal produto de exportação. Mas na segunda metade do século XVIII, a procura de escravos para trabalhar nas ilhas francesas no Índico (Mascarenhas, Bourbon, Reunião e Mayotte), e, sobretudo, no Brasil, ultrapassou a procura de ouro e marfim (Rocha 1991). De fato, a introdução do capitalismo em Moçambique ocorreu nas grandes plantações na última década do século XIX.

O território moçambicano foi politicamente organizado sob a concepção dos Prazos da Coroa, um dos primeiros modelos do Estado colonial na região do Vale do rio Zambeze, o qual se fundamenta na ideia do século XVII de que as terras habitadas por portugueses pertenciam à Coroa e eram arrendadas por um prazo de três gerações, com direito a cobrar imposto local e explorar recursos (Dinerman 2006, 90).

De acordo com Mondlane (1976, 12), o sistema dos Prazos em Moçambique data dos séculos XVII e XVIII. Os prazeiros eram colonos e proprietários de terras portuguesas e constituíam a personificação da autoridade colonial. Os Prazos da Coroa foram a base material e estrutural da formação de uma sociedade patriarcal em Moçambique. Durante o percurso, estabeleceu-se estratificação em que situavam-se os muzungos (senhores) ou as donas (no caso em que a autoridade era mulher), enquanto que o resto da sociedade, os escravos, distribuíam-se por várias ordens hierarquizadas (Capela 1996). O sistema de prazos deu lugar às companhias de concessão e este durou até 1942, substituído somente por uma administração colonial mais direta (Mondlane 1976). O decreto de 13 de agosto de 1832 extinguiu os prazos da coroa, os senhorios e as Alcaidarias-Mores, mas pouco alterou a realidade. Em 1854 um novo decreto voltou a abolir os prazos na província de Moçambique. Criou-se o imposto palhota e depois a concessão de terras às companhias majestáticas (Isaacman 1972).

Vale registrar que o colonialismo português era dependente financeiramente da Inglaterra, principalmente no setor de plantações, nas navegações e nos caminhos de ferro, como os serviços regulares mensais de ligação por via marítima com a Europa, pelo canal de Suez, aberto a navegação em 1869, ou pelo Cabo e com a Ásia pelo Zanzibar, garantidos em 1874 por companhias inglesas (Ribeiro 2002).

Exemplo da presença inglesa nessa região eram as linhas de telégrafo entre Portugal e Moçambique, que começaram a ser construídas em 1875, e foram montadas por uma empresa inglesa (Kennedy 1971). Os caminhos de ferro que uniram Lourenço Marques à Pretória foram construídos entre 1886 e 1894, por capitais ingleses, igualmente as linhas da Beira e Rodésia do Sul. Os dois bancos existentes na Beira funcionavam com capitais ingleses: o Standard Bank of South Africa e o Bank of Africa, enquanto que a imprensa reduzia-se ao Beira Post, jornal inglês (Silva 2001).

A emergência de Lourenço Marques como capital e centro do país está ligada a fenômenos como o crescimento da caça intensiva de elefante, que fez aumentar as exportações de marfim por volta de 1850, a exportação de mão de obra para a colônia britânica do Natal e o início de projetos agrícolas capitalistas, como as plantações de algodão e de açúcar, a construção do porto de Durban (Macdonald 2014).

Para Serra (2000, 40) entre 1870-1875 a capital ainda era um “estabelecimento colonial pequeno”, com população de menos de mil habitantes em que a autoridade colonial era limitada. No século XIX, a mudança fundamental para entender a emergência do capitalismo em Moçambique foi conjunção de dois eixos relacionados com a economia capitalista na África Austral no geral e com o estreitamento dos laços econômicos entre Moçambique e as colônias britânicas em particular: (i) a abertura das minas de diamante de Kimberly demandou a migração de força de trabalho; e (ii) a exploração de ouro em Lydenburg, no leste do Transvaal, associada ao crescimento de empreendimentos comerciais na capital, como armazéns e hotéis e a expansão da rede comercial no interior da colônia portuguesa.

Entre 1885-1900, a abertura de novas minas de ouro no Sul e centro do Transvaal (Witwatersrand), a construção de linhas férreas e surgimento de outras indústrias também impactaram a formação de Moçambique. O Sul do país tornou-se o maior fornecedor de mão de obra para a indústria mineira sul-africana e a capital foi uma das que mais recebeu as receitas das mercadorias de Witwatersrand (Cabaço 2009).

É forçoso ainda observar que a exploração da colônia portuguesa foi executada com apadrinhamento concedido ao capital internacional e se reproduziu mediante um jogo de concessões e alianças com as outras potências coloniais. Esse apadrinhamento e jogo de alianças foram correspondentes ao estágio de evolução do capitalismo português no século XIX. De acordo com Vail (1976), Portugal cedeu dois terços do território de Moçambique às companhias de concessão. A Companhia de Moçambique ocupou $\frac{1}{4}$ do

território, o governo metropolitano recebeu 7.5% de todos os lucros totais e em troca se absteve de cobrar impostos nas áreas de concessão privada.

No fim do século XIX, com a finalidade de consolidar a ocupação e exploração da zona que constitui o atual país, o território moçambicano foi dividido em quatro zonas de concessões: (i) a região Norte, em regime de concessão da Companhia do Niassa; (ii) uma faixa que se estendia ao sul do rio Zambeze, porção adquirida pela Companhia de Moçambique e pela Companhia da Zambézia; (iii) no centro da região, também a Companhia de Moçambique e (iv) o Distrito de Moçambique, administrado de maneira direta pelo governo português (Vail 1976).

Do ponto de vista global, o avanço do colonialismo global foi coroado quando, em 1884, o representante da Alemanha na Inglaterra pediu audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lorde Granville, para entregar formalmente mensagem do Chanceler Bismarck, solicitando reunião com a participação de França e de Portugal, dentre outros países, para discutir as questões e o rumo da ocupação colonial em África. A conhecida Conferência de Berlim, realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, institucionalizou o direito à ocupação dos territórios africanos aconteceu nessa cidade (Uzoigwe 2010).

Para Atmore e Oliver (2005, 118), a Conferência de Berlim, ou partilha da África, como ficou conhecida, mudou a fisionomia do continente. Até 1879, 90% da região era dominada pelos próprios africanos. Os primeiros estágios da partilha da África foram a demanda sobre a navegação das costas e dos rios e a conformação do princípio de que, em um determinado território, somente as firmas/companhias nacionais estavam autorizadas a explorar. No começo do século XX, a partilha tinha estava completa e o colonialismo fora aumentando, ainda que nos espaços portugueses a ocupação mais efetiva datou do pós-Segunda Guerra.

O principal impacto dessa Conferência para o colonialismo português foi o fato de que, apesar do controle administrativo sobre os territórios ter aumentado a partir de 1850, os assentamentos da metrópole só foram organizados sistematicamente depois de 1885. A ocupação efetiva do território era um princípio vital na conferência de Berlim. Portugal não assinou as atas de Berlim, pois relançava seu “direito histórico” sobre um vasto território ligando Angola e Moçambique, do qual o Mapa Cor de Rosa era representativo (Cabaço 2009). Esse projeto português de conectar Angola e Moçambique, passando pelos territórios de Zâmbia, Zimbábue e Malauí, não agradou aos britânicos e criou uma disputa entre os impérios por esses

territórios (Silva 2001). Portugal cedeu às pressões britânicas por meio do Tratado Anglo-Português de 1891.

Particularmente, o Império português utilizou todas as técnicas disponíveis para ocupar efetivamente suas colônias: o comércio foi usado como instrumento de guerra, os colonos brancos escravizavam as populações, os missionários atuaram como “pacificadores” e as forças militares ocupavam a costa; mais tarde integraram os “indígenas” à sociedade colonial, mas com *status* inferior (Mondlane 1976, 34).

Cabe referir que os ingleses disputaram o território de Moçambique com Portugal. A soberania portuguesa sobre *Delagoa Bay*, posteriormente nomeada Lourenço Marques (atual Maputo), foi reconhecida somente em 1886 pela República Bôer do Transvaal, por ser um acesso exclusivo ao mar sem fiscalização britânica. Houve reação do governo imperial britânico e levou-se o caso à arbitragem internacional do presidente da França, marechal Mac Mahon, que legitimou as pretensões de Portugal em 24 de julho de 1875 (Ferreira 1999).

Somente após a conquista da região Sul, Portugal pôde focalizar esforços no Norte de Moçambique, onde a metrópole ainda iria instituir sua presença militar no começo do século XX. A conquista do povo Makonde, no atual Distrito do Cabo Delgado, aconteceu somente na década de 1920 (Dinerman 2006).

António Enes, o primeiro Alto Comissário português para Moçambique reviveu os prazos da Coroa pelo decreto de 18 de novembro de 1890, para promover a agricultura industrial na região. Também argumentou em 1893 que, dada a inferioridade natural, o africano deveria ser obrigado ao trabalho nas plantações (Lourenço 2010).

António Enes foi nomeado Comissário-Régio de Moçambique em 1895 e deu origem à escola do Estado Colonial. Para Marcello Caetano (1948, 573), António Enes deveria ser “a pedra basilar de todo o estudo da moderna administração colonial portuguesa”. Em suas memórias, Enes (1945) comenta:

À data da minha chegada em Lourenço Marques, a autoridade portuguesa não era, pois, exercida, em todo o distrito, senão na capital e na linha férrea (...). A linha-férrea estava em perigo e só a cidade podia considerar-se segura, mercê de sua guarnição europeia. Estava segura, mas continuava desconfiada. Por telégrafo, uma notícia de Lourenço Marques avisava que um bando de “rebeldes” calculados em três mil assaltaram a linha férrea e atacaram europeus (Enes 1945, n.p.).

Aires de Ornelas, ministro da Marinha que se destacou nas campanhas de conquista de Moçambique e um dos discípulos de Enes, introduziu a carreira administrativa em Moçambique em 1910, fortalecendo a política colonial. Depois do estabelecimento da República em Portugal em 1910, criou-se o Ministério das Colônias. Convém lembrar que a administração civil, em Moçambique, era um aparelho repressivo para impor o trabalho forçado ou emigração para territórios vizinhos.

De colônia à província ultramarina

Elemento central na ocupação portuguesa do século XX foi a participação da colônia moçambicana na Primeira Guerra Mundial. Quando a guerra iniciou, os portugueses ainda não ocupavam grande parte dos territórios do Cabo Delgado ou do Niassa, ao norte. Entretanto, havia a possibilidade de as tropas alemãs do Tanganyka invadirem a região norte de Moçambique, motivo pelo qual aumentou-se a presença militar portuguesa no território (Meneses 2011).

Uma coluna militar alemã comandada pelo general Von Lettow atravessou o Rovuma para dentro do território moçambicano em 1914. Durante nove meses as tropas alemãs estiveram em território de Moçambique, e atacaram as guarnições portuguesas. Em função dos interesses alemães pelos territórios do norte de Moçambique, em 24 de agosto de 1914, um ataque alemão destruiu um posto militar português localizado nas terras da Companhia do Niassa. O governo de Lisboa tomou medidas militares imediatas, enviando expedição militar comandada pelo tenente-coronel Pedro Francisco Massano de Amorim. Contudo, de acordo com Freire (2014, 12) não há “registro historiográfico de mais alguma ação militar na fronteira, por iniciativa de qualquer das partes, até à declaração de guerra em março de 1916”. A propósito, registra-se que a Alemanha declarou guerra à Portugal em 1916.

Em abril de 1916 os portugueses recuperaram Quionga, povoação situada próximo da margem Sul da foz do rio Rovuma, que fora conquistada pelos alemães em 1894. Foi a única aquisição de Portugal nas negociações do Tratado de Versalhes de 1919 (Freire 2014). Essas ações levaram a fronteira setentrional da colônia para a margem do Rovuma, também reconhecida pelo Tratado de Paz de Versalhes a 28 de junho de 1919. A Alemanha perdeu o Tanganyka para a Inglaterra.

No final de 1918 desembarcaram dois corpos expedicionários ingleses vindos do Niassalândia e da Rodésia, constituído por soldados da África

Ocidental (Nigéria, Gâmbia e Costa do Ouro). A presença elevada de soldados britânicos tinha como objetivo principal salvaguardar posições estratégicas no âmbito das negociações do fim da guerra.

A colônia moçambicana, fronteira com a África Oriental Alemã, entrou na guerra, que por sua vez teve profundo impacto na consolidação das modernas políticas coloniais. A administração colonial institucionalizou o trabalho forçado e transformou as relações de poder entre a sociedade metropolitana e a sociedade colonizada, fortalecendo a divisão entre colonos civilizados e nativos bárbaros.

Segundo Meneses (2014), em contexto de carência de soldados europeus, a metrópole recorreu aos africanos e introduziu o *chibalo*⁵, o regime de trabalho forçado, central para transformar camponeses nos carregadores que iriam auxiliar no transporte de pessoas e de equipamentos das forças armadas. Em 1914, com o início da guerra, a administração colonial portuguesa treinou entre vinte e trinta mil africanos. Neste momento, Portugal controlava o Sul da colônia e as companhias controlavam os territórios centrais e do Norte, as quais eram dotadas de suas próprias forças de defesa.

Ao fim da Guerra surgiu em Moçambique uma indústria incipiente de substituição de importações, cuja produção era destinada à reduzida população de colonos, como cimento, farinha de milho, cigarros e sabão e, de menor importância, água mineral e gelo. Assim formaram-se os primeiros extratos do proletariado moçambicano. Os trabalhadores ferro-portuários eram numericamente a camada mais importante dos trabalhadores urbanos e tiveram um papel central na luta contra a exploração do trabalho (Ngoenha 1992).

A ocupação de Moçambique avançou no século XX no ritmo de mudanças na organização institucional e territorial da colônia. Em 1907, Ayres de Ornelas, Ministro da Marinha e do Ultramar, lançou a Reforma Administrativa de Moçambique, que modernizou a organização institucional sob a égide de um Governador-Geral, e na divisão do território em distritos, cada um com seu Governador de Distrito. Os distritos eram demarcados em circunscrições que formavam os conselhos, dirigidos por um administrador. Os distritos eram a unidade principal da estrutura administrativa em que os chefes tradicionais eram incorporados ao nível local da autoridade colonial.

Antes mesmo do Estado Novo (1933-1974) definir-se constitucionalmente, Salazar elaborou o decreto que reorganizou o projeto político para

5 O *chibalo*, entendido como a política colonial para minimizar custos e aumentar o controle sobre o colono. Para Zamparoni (1998, 93) “foi no chibalo que se assentou basicamente o crescimento econômico em Moçambique”.

as colônias. O “Acto Colonial” de 1930 renovou a política colonial, marcada por uma fase imperial e da “indissolubilidade do império” que dar-se-á até o final de 1951.

O Acto Colonial (Portugal 1930) foi um instrumento jurídico que reafirmou a vocação e o direito histórico de Portugal às suas posses, esclarecendo que os domínios ultramarinos denominavam-se colônias e constituíam o império colonial português (artigo 3); o qual era “solidário” com as suas “partes” e “com a metrópole” (artigo 5); que restringia a “alienação” dos territórios (artigo 7); que reservava ao Estado a “administração” e a “exploração” das colônias (artigo 11); que remunerava o trabalho dos “indígenas em serviço do Estado” (artigo 19); que atribuía a “defesa” e a “proteção” dos indígenas ao Estado (artigo 15).

O Código do Trabalho dos Indígenas de 1928, que introduziu o trabalho obrigatório para fins públicos como substituição do trabalho escravo, o Acto Colonial de 1930 e a Constituição de 1933 foram os instrumentos que formaram o quadro jurídico da nova política para os territórios coloniais na fase mais centralizadora do regime (Freire 2014). Em 1953, outro mecanismo colonial, o Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique, último dispositivo legal antes da abolição do indigenato⁶ em 1961, foi o instrumento de política colonial no que tange à assimilação. A assimilação fazia parte da política colonial portuguesa, na medida em que um “indígena” se tornasse português, ganharia estatuto jurídico de cidadão. A concepção portuguesa de assimilação teve uma dimensão ética e católica. A missão seria um processo de aculturação do colonizado aumentando o lado português e diminuindo a parte africana. Era mais um genocídio cultural.

Para Castelo (1998, 30), a nova política colonial do XX rompeu com o passado em três direções: centralização do exercício de poder da metrópole; o capital estrangeiro deu lugar à nacionalização; e o desenvolvimento das colônias em favor da “integração do império”. A política foi formulada por Armindo Monteiro, Ministro das Colônias entre 1931 e 1935, que concebia o império como uma entidade “atemporal” e “indissolúvel”, acima de todos os interesses.

Outra característica desse período foi a substituição do termo colônia por “províncias ultramarinas”, o qual corresponde a uma declaração da unidade nacional entre metrópole e territórios não-contíguos. Alguns podem argumentar que província ultramarina seria uma palavra menos conflituosa que colônia, mas segundo Capela (1996, 167) a transformação das colônias

⁶ Lei que visava assimilar os “indígenas” na cultura ocidental.

em províncias foi “desprovida da atribuição de qualquer grau de verdadeira autonomia política, era cosmética e morfológica”⁷.

Cabe referir que, ao longo da história, o território de Moçambique teve diversas designações: Capitania de Sofala (1501-1752) cujo vínculo administrativo era a Índia portuguesa, Capitania-Geral de Moçambique, Sofala e Rios de Sena (1752-1836), vinculando-se a partir desse marco à Lisboa até sua independência em 1975, Província de Moçambique (1836-1891), Estado da África Oriental (1891-1893), Província de Moçambique (1893-1926), Colônia de Moçambique (1926-1951), Província de Moçambique (1951-1972), Estado de Moçambique (1972-1975) e, finalmente, República de Moçambique a partir de 1975 (Cruz 2008).

O conceito de província ultramarina, contudo, remete apenas ao período entre 1951-1972, quando a designação ‘Império Colonial Português’ foi abolida, na tentativa de descaracterizar Portugal como um país colonizador em fóruns internacionais. A concepção de província ultramarina considerou esse território não mais como uma colônia, mas parte integrante inseparável de Portugal, uma ‘Nação Multirracial e Pluricontinental’.

Para Ribeiro (2002) a revisão de 1951, foi provocada principalmente por pressões internacionais e domésticas que transformaram o imperialismo português. Assim, em um ato de silenciar séculos de dominação, uma sociedade colonial tornou-se ‘pluricontinental’ e “uma história de cinco séculos de colonização foi convertida em cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes” (Castelo 1995).

O Acto Colonial foi substituído pela Lei Orgânica do Ultramar Português de 1953. Depois da Segunda Guerra Mundial, Portugal quis apagar os vestígios da concepção imperialista em que os territórios ultramarinos eram colônias. Outro instrumento jurídico importante foi o “Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” aprovado em 1954.

Particularmente, seu capítulo “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania” define as condições jurídicas que permitem aos africanos adquirir cidadania portuguesa, a saber: idade maior de 18 anos, falar a língua portuguesa, trabalhar, possuir bens, ter bom comportamento e “adquirir hábitos” para aplicar “direito público e privado” (Portugal 1953).

7 No entanto, em 1663 já se usava nos documentos oficiais a expressão províncias ultramarinas, e assim eram chamadas as Terras Portuguesas na Carta Constitucional de 1821, o título X da Constituição de 1832 intitulava-se “Das Províncias Ultramarinas”. Em 1612 o conselho das Índias já consagrava esse princípio que não eram “nem distintas nem separadas deste Reino”. Não era nova, portanto, a afirmação da unidade entre o centro e as “partes”.

Em 1961 inicia-se a guerra colonial em Angola e a União Indiana (atual República da Índia) ocupa Goa, Damão e Diu, os últimos territórios portugueses na Índia. No plano internacional a situação de Portugal é de isolamento crescente, multiplicando-se nas Nações Unidas as declarações em que o colonialismo português é condenado. A reação de Salazar foi adotar novas medidas em relação às colônias, como o envio de tropas e material bélico para Angola e alterar as legislações relativas às populações africanas, revogando o Estatuto dos Indígenas.

Na fronteira com Angola, o Congo tornou-se independente em junho de 1960, trazendo a onda de descolonização para a África Austral. Nessa altura, as descolonizações afro-asiáticas eram uma grande força nas relações internacionais e surgem os primeiros movimentos de resistência e de luta armada em Moçambique, que ao longo da luta de independência produziram condições para o fim do colonialismo (Barrios Díaz 2022).

Em suma, a ação colonizadora de Portugal se fundou na concepção das colônias como províncias de além-mar, isto é, como parte do território metropolitano. Os portugueses mantiveram a política de preservar, por todos os meios, a unidade do Império. Esse Império tinha duas características próprias: o subimperialismo, porque Lisboa operava sob dependência britânica desde o século XVIII, e o fascismo desde 1926.

Esse contexto se manteve durante muitas décadas e, com efeito, Portugal não tinha, de forma alguma, a intenção de conceder a independência às suas colônias, mas bem buscava integrá-las em uma complexa relação com a metrópole. Portugal avançou o mito de uma nova missão civilizadora em pleno século XX, apresentando-se como um Estado unitário, universal e não colonial, cabendo a Moçambique permanecer na condição de província e, aos africanos, o estatuto de cidadãos portugueses.

Conclusão

O artigo identificou os antecedentes históricos da formação de Moçambique ao longo de séculos de constituição de impérios e Estados africanos e da ação colonizadora portuguesa. Em primeiro lugar, situou os povos africanos que viveram diferentes experiências históricas nesse território, que, de muitas formas, se homogeneizaram com o colonialismo português, que abarcou todo o território a partir do século XX, mas cuja presença na costa remonta ao século XVI. Estes povos organizaram-se em Estados que foram posteriormente conquistados por Portugal.

Em seguida, o trabalho apresentou como os portugueses procuraram controlar este território a partir de algumas povoações ao longo da costa, numa ação colonizadora que articulou interesses de Estado, Igreja e mercado. A partir de meados do século XVIII, o tráfico de escravos para os oceanos Índico e Atlântico tornou-se cada vez mais importante, com diferentes impactos nas respectivas regiões. O colonialismo português foi estabelecido por meio de campanhas militares, domínio do território, como os Prazos da Coroa, e concessão parte do território às companhias de concessão, evidenciando o lugar central da colonização na formação moderna do país. Quando estas concessões terminaram em 1942, o Estado colonial desenvolveu uma administração direta em todo o território, com sede em Lourenço Marques (Maputo).

Por fim, o trabalho buscou contextualizar as mudanças implementadas pelo Império no século XX a fim de manter as colônias, ainda que mascaradas de províncias ultramarinas. O artigo evidenciou o lugar central da colonização portuguesa, ao mesmo tempo em que apontou a ascensão das lutas de libertação nacional nas ex-colônias portuguesas em África, igualmente importantes para a invenção de Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque. 1935. Livro das Campanhas. n.p.: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias.
- Atmore, Anthony, e Roland Oliver. 2005. *Africa since 1800*. New York: Cambridge University Press.
- Badejo, Diedre. 2008. *The African Union*. New York: Chelsea House Publishers.
- Baró, Silvio. 1979. “El neocolonialismo económico en África”. In *Africa. Economía, Primera Parte*, editado por Armando Entralgo, 43-79. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.
- Barrios Díaz, José Alejandro. 2022. “As relações internacionais da construção do Estado em Moçambique: pós-independência, guerra civil e transições políticas”. *Carta Internacional* 17, no.2: 1-25.
- Betts, Raymond. 2010. “A dominação europeia: métodos e instituições”. In *História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*, organizado por Albert Boahen; Albert Adu, 353-376. São Carlos: Comitê Científico Internacional da UNESCO
- Boxer, Charles. 1969. *Four Centuries of Portuguese Expansion (1415-1815)*. Los Angeles: University of California Press.
- Cabaço, José Luís. 2009. *Moçambique: identidade colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.

- Caetano, Marcello. 1948. António Enes e sua acção colonial. *Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa* no. 11 e 12.
- Capela, José. 1996. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____. 2010. *Moçambique pela sua história*. Ribeirão: Húmus.
- Castelo, Cláudia. 1995. “Congressos e Conferências Culturais” In *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- _____. 1998. O modo português de estar no mundo. O luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), editado por Brandão, Fernando Rosas, 190-203. Porto: Edições Afrontamento.
- Césaire, Aimé. 2000. *Discourse on Colonialism*. New York: Monthly Review Press.
- Cruz, João José de Sousa. 2008. “O enigma de uma colônia virtual – África Oriental Portuguesa (Vulgo Moçambique)”. *Revista Militar*, no. 2482: 1233-1315.
- Davies, A. 1964. “Prince Henry the Navigator”. *Transactions and Papers* (Institute of British Geographers) 1, no.35: 119-127.
- Delumeau, Jean. 1978. *O cristianismo vai morrer?* Amadora: Liv Bertrand.
- Dinerman, Alice. 2006. *The Case of Mozambique: 1975-1994*. London and New York: Routledge.
- Enes, António. 1945. *A Guerra d’África em 1895*. n.p.: Edições Gama.
- Fanon, F. 1963. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- Ferreira, Rita. 1999. African Kingdoms and alien settlements in central Mozambique (c. 15th-17th Cent.). Departamento de Antropologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Fonseca, M. N.S. e T. Moreira. 2007. *Panorama das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Freire, João. 2014. “Moçambique: Perante a hipótese de um ataque alemão em 1914-1915. In *A Grande Guerra (1914-1918) Problemáticas e Representações* organizado por Gaspar Martins Pereira *et al.* Lisboa: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Henriques, Isabel Castro. 2004. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Lisboa: Casal de Cambra Caleidoscópio.
- Isaacman, Allen. 1972. Mozambique, the Africanization of a European Institution: The Zambezi prazos (1750-1902). Madison: University of Wisconsin Press.
- Liesegang, Gerhard. 1996. Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado. Maputo: Colecção Embondeiro. Arquivo do Património Cultural.
- Lobato, A. 2008. *Evolução administrativa e econômica de Moçambique 1752-1763*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Lourenço, Vitor Alexandre. 2010. *Moçambique: Memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje*. Lisboa: Gerpress.

- Macdonald, A. 2014. "Forging the Frontiers: Travellers and Documents on the South Africa–Mozambique Border, 1890s–1940s". *Kronos*, no.4: 154-157.
- Mazrui, Ali. 2010. "Procurai Primeiro o Reino Político". In *História Geral da África VIII. África desde 1935*, editado por Mazrui, Ali, 125-150. São Carlos: Comitê Científico Internacional da UNESCO.
- Meneses, Maria Paula e Margarida Calafate Ribeiro. 2008. "Cartografias Literárias Incertas". In *Moçambique das palavras escritas*, editado por Maria Paula Meneses e Margarida Calafate Ribeiro, 10-35. Porto: Edições Afrontamento.
- Meneses, Maria Paula. 2009. *Food, recipes and commodities of Empires: Mozambique in the Indian Ocean*. Coimbra: Oficinas do CES.
- . 2011. "Images Outside the mirror? Mozambique and Portugal in World History". *Human Architecture* 9: 121-137.
- . 2014. "Guerras e seus silenciamentos. Atores africanos na frente de Moçambique durante a Iª Guerra Mundial". *Revista Crítica y Emancipación* 12: 19-58.
- . 2019. "Colonialismo como violência: a "missão civilizadora" de Portugal em Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais* 115-140
- Mondlane, Eduardo. 1976. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Mudimbe, Yves. 2013. *A invenção de África: gnose, filosofia e ordem do conhecimento*. n.p.: Edições Pedágio.
- Ngoenha, Severino Elias. 1992. *Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica*. Porto: Edições Salesianas.
- Portugal. 1930. "Acto Colonial". Diário do Governo. <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>.
- Portugal. 1953. "Lei Orgânica do Ultramar Português". <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/21410/1/WP71.pdf>.
- Ribeiro, Margarita Calafate. 2002. "Colonial Wars and Post-Colonialism in the Portuguese Contemporary Imagination". *Portuguese Studies* 18: 132-214.
- Rocha, Aureliano. 1991. "Tráfico de escravos, relações políticas e culturais. Uma contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e Brasil - século XIX". *Revista Marítima Brasileira* 111, no. 4/6: 264-305.
- Rodney, Walter. 1971. "The Year 1895 in Southern Mozambique: African Resistance to the Imposition of European Colonial Rule". *Journal of the Historical Society of Nigeria* 5, no. 4 (June): 509-536.
- . 2012. *How Europe Underdeveloped Africa*. Baltimore: Black Classic Press.
- Serra, Carlos. 2000. *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane.
- Silva, Ana Paula. 2001. "Shaping the Portuguese Empire in the 20th Century: The Telegraph and the Radio". *International Committee for the History of Technology* 7: 106-122.

- Sheriff, Abdul. 2010. “A costa da África Oriental e seu papel o comércio marítimo”. In *História Geral da África Volume II*, organizado por Gamal Mokhtar, 551-557. São Carlos: Comitê Científico Internacional da UNESCO.
- Uzoigwe, Godfrey. 2010. “Partilha Europeia e Conquista da África: apanhado geral”. In *História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*, organizado por Albert Boahen; Albert Adu, 21-50. São Carlos: Comitê Científico Internacional da UNESCO.
- Vail, Leroy. 1976. “Mozambique’s Chartered Companies: The Rule of the Feeble”. *The Journal of African History* 17, no. 3, 389-416.

RESUMO

O colonialismo moderno negou a história dos povos dominados e, de muitas maneiras, perdura para além do fim dos impérios coloniais como um projeto político baseado em violência. No caso do continente africano, o continente permanece objeto do conhecimento eurocêntrico por meio de um conjunto de conceitos, discursos e paradigmas, resultado da apropriação política dos projetos coloniais. Nesse sentido, debater a história de Moçambique é referir-se a um conjunto de povos e de culturas que têm em comum a experiência da colonização portuguesa e os múltiplos processos resistência anticolonial durante os séculos O objetivo do artigo é examinar a formação histórica de Moçambique com base no processo de colonização e identificar marcos históricos na conformação da ação colonizadora portuguesa até a primeira metade do século XX. Em abordagem interpretativo-analítica, que assenta na revisão de literatura sobre a história de Moçambique, o artigo visa responder às perguntas: que povos viviam habitavam esse território antes do colonialismo? Como foi o processo histórico de formação de Moçambique? Qual o lugar do colonialismo na invenção de Moçambique?

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique. Colonização. Império.

Recebido em 19 de julho de 2023
*Aceito em 04 de dezembro de 2023*⁸

8 Como citar: Diaz, José Alejandro Sebastian Barrios. 2023. “A invenção de Moçambique: dos impérios africanos à colônia e província ultramarina”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8 (16), 178-200. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.134080>.